

As Relações Brasil-Oriente Médio no Regime Militar: Uma Trajetória Tortuosa

Brazil-Middle East Relations in the Military Regime: A Tortuous Trajectory

Relaciones Brasil-Oriente Medio en el Régimen Militar: Una Trayectoria Tortuosa

Felipe Vidal Benvenuto Alberto¹
Tomás Paixão Borges²

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar as relações Brasil-Oriente Médio ao longo do Regime Militar (1964-1985), adotando como ponto de partida o contexto que já permeava tais relações e ditava a Política Externa Brasileira. Para isto, utilizaram-se os eixos da abordagem institucionalista histórica apresentados por Hall e Taylor (2003) e os paradigmas de Política Externa Brasileira estruturados por Letícia Pinheiro (2000) para discutir as principais orientações da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante o período de regime militar. Através de passagem cronológica pelos cinco presidentes do período, pretende-se pontuar suas aproximações e distanciamentos entre si, bem como seus possíveis resgates de políticas adotadas em outros períodos históricos. Buscou-se também contextualizar o diálogo brasileiro com o Oriente Médio no cenário internacional de cada momento. Conclui-se que as relações com o Oriente Médio durante o regime militar se moldaram para responder às necessidades do projeto de desenvolvimento do país, traçando um caminho bastante tortuoso, mas gerando resultados efetivos.

Palavras-chave: Oriente Médio, Política Externa Brasileira, Regime Militar, Brasil.

Abstract

The present work analyzes the evolution of the Brazil-Middle East relations during the Military Regime (1964-1985), considering its historical process and the international context which influenced the Brazilian Foreign Policy throughout this time. For this, it uses the main axes of the historical institutionalist approach presented by Hall and Taylor (2003) and the Brazilian Foreign Policy paradigms shown by Letícia Pinheiro (2000) to discuss the main guidelines of the Brazilian Foreign Policy for the Middle East during the military regime period. By showing the main policies of the five presidents of the period chronologically, this work intends to point out the similarities and dissimilarities of their views towards the Middle East, as well as how policies adopted in other historical periods in Brazil influenced their actions. The text also sought to correlate Brazil-Middle East relations with the political and economic changes in the international scenario. We

1. Graduando, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). E-mail: fvidal804@gmail.com.

2. Graduando em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pelo CEFET-RJ, com período de intercâmbio estudantil no Institut d'Études Politiques da Université de Strasbourg (Sciences Po Strasbourg). Bolsista PIBIC/CEFET e Monitor de Francês. Possui interesse nas áreas de Política Externa e Pensamento Político Brasileiro, tendo participado de uma variedade de projetos de pesquisa e extensão nos últimos anos. E-mail: tomaspaixao26@gmail.com.

conclude that the relations with the Middle East during the military regime were shaped to respond to the needs of the government's development project, tracing a very tortuous path, but generating effective results.

Keywords: Middle East, Brazilian Foreign Policy, Military Regime, Brazil.

Resumen

El presente trabajo propone analizar las relaciones Brasil-Oriente Medio a lo largo del Régimen Militar (1964-1985), tomando como punto de partida el contexto que ya permeaba tales relaciones y dictaba la Política Exterior brasileña. Para ello, se utilizaron los ejes del enfoque institucionalista histórico presentado por Hall y Taylor (2003) y los paradigmas de la Política Exterior Brasileña estruc-

turados por Letícia Pinheiro (2000) para discutir las principales orientaciones de la Política Exterior Brasileña para el Medio Oriente durante el período de régimen militar. A través de un pasaje cronológico por los cinco presidentes de la época, se pretende señalar sus aproximaciones y distancias entre sí, así como su posible rescate de políticas adoptadas en otros períodos históricos. También buscamos contextualizar el diálogo brasileño con Oriente Medio en el escenario internacional de cada momento. Se concluye que las relaciones con Oriente Medio durante el régimen militar se configuraron para responder a las necesidades del proyecto de desarrollo del país, trazando un camino muy tortuoso, pero generando resultados efectivos.

Palabras clave: Medio Oriente, Política Exterior Brasileña, Régimen Militar, Brasil.

Introdução

Para compreender as principais orientações e condições históricas envolvidas na configuração da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante o regime militar, assim como pensar o seu impacto para o projeto de desenvolvimento do Brasil, além da Introdução, o texto foi dividido em 5 seções, sendo estas: i) Primórdios: o orientalismo de D. Pedro e a Política Externa Independente de Jan-Jan, na qual é colocada em perspectiva a evolução histórica da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio até o período militar; ii) O americanismo ideológico de Castello Branco; iii) A nova correção de rumos: o americanismo pragmático de Costa e Silva e Médici; iv) O globalismo hobbesiano de Geisel e Figueiredo: a era de ouro das relações com o Oriente Médio; e v) Considerações finais.³

O artigo utilizará uma abordagem institucionalista histórica para discutir as principais orientações da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante o período de regime militar. Neste sentido, utilizaremos os principais eixos desta perspectiva teórica apresentados no artigo “As Três Versões do Neo-Institucionalismo”

3. Para a nomeação das seções do presente texto, foram utilizadas os paradigmas de Política Externa Brasileira apresentados por Letícia Pinheiro no artigo “Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. Na obra, a autora traça um panorama histórico das principais ideias que regeram a Política Externa Brasileira do início do século XX até o fim da década de 80, utilizando-se para a construção de seus paradigmas da dicotomia americanismo-globalismo.

(HALL E TAYLOR, 2003). Com isso, tomando por base a análise de Kaarbo e Ray (2010) de que “se há algo de distinto sobre a política do Terceiro Mundo, é a intensidade e fluidez das pressões comparadas àquelas mais estabelecidas nos sistemas políticos já estabelecidos” serão apresentadas as descontinuidades e continuidades das relações dos militares com o Oriente Médio a partir do fortalecimento da Escola Superior de Guerra e do Itamaraty entre as décadas de 60 e 80.

De forma geral, Hall e Taylor destacam como os principais eixos do institucionalismo histórico: i) atribui à comunidade política o sentido de sistema global de partes que interagem, atribuindo às instituições, porém, parte primordial na delimitação dessa interação; ii) Estado não é visto mais como agente neutro, mas sim como um complexo de instituições específicas capaz de estruturar a natureza e o resultado dos conflitos entre os grupos; iii) define as instituições a partir de sua associação com as regras, convenções ou visões de mundo editadas pelas organizações formais; iv) atribui grande importância ao poder, em particular às relações de poder assimétricas das instituições; v) apoia-se em uma perspectiva *path dependent* para explicar as instituições, ou seja, enfatizam o modo como as “capacidades de Estado” e as “políticas herdadas” existentes estruturam as decisões das instituições. O artigo utilizará estas perspectivas para refletir a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante o regime militar.

Primórdios: o orientalismo de D. Pedro e a Política Externa Independente

O fascínio brasileiro para com a região do atual Oriente Médio não tem suas origens datadas no século XX, tampouco é recente sua reciprocidade. Adotando a recorrente narrativa da fundação do Brasil quando da oficialização de sua independência, em 1822, pode-se dizer que a “busca pelo desconhecido” foi uma característica que permeou nossa história desde o princípio. Ocupando um papel de maior protagonismo sob a tutela de D. Pedro II⁴, ainda que não inaugurada ali, a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio passou a refletir logo cedo os interesses acadêmicos e culturais do monarca vigente.

4. Os numerosos diários deixados pelo monarca dão conta de descrever o pouco ânimo com que exercia as burocracias inerentes ao papel de imperador, especialmente a partir de 1870. Pouco afeito às benesses do cargo, D. Pedro II preferiu dedicar boa parte de seu tempo ao estudo daquilo que considerava exótico, incluindo longas viagens ao estrangeiro a fim de melhor compreender o mundo *in loco*.

O projeto de imigração para o Brasil tem início em 1850, a partir da promulgação da Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico de escravos. No entanto, o país teve grandes dificuldades em receber tais imigrantes devido ao tratamento fornecido pelos contratantes, acostumados a lidar com a desumanidade da escravidão. Outro ponto problemático era a falta de certas liberdades, uma vez que o Brasil era um Estado católico e boa parte dos potenciais imigrantes era de protestantes fugindo da perseguição aos cristãos intensificada no Império Otomano. A fundação de organizações, agrupando aqueles que professavam a mesma fé, acabou sendo fundamental para a consolidação de um imaginário ocidental que descrevia o Ocidente como uma terra de oportunidades e recursos abundantes, um verdadeiro *El Dorado*.

O Brasil estabeleceu relações com o Império Otomano em 1849 e pouco depois, em 1858, firmou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, onde o comércio de café encontrou meios além da intermediação britânica para chegar ao Oriente Médio. A maior guinada nas relações do Brasil imperial para aquela região acontece quando D. Pedro II realiza uma viagem ao Líbano, em 1876. As múltiplas notícias locais da época dão conta de descrever o Brasil como vasto, rico e inexplorado, abrindo ainda mais as portas para uma imigração que se tornaria marcante com o passar dos anos (KHATLAB, 2015). A apreciação do monarca pela região o levou ainda a muitas outras viagens, especialmente entre 1871 e 1876, incluindo destinos como Egito e as atuais Síria e Palestina.

Ainda ao longo do período imperial, criou-se uma prática daquilo que podemos chamar de orientalismo à brasileira, ou “orientalismo crioulo” (MAFRA e STALLAERT, 2016), devido ao paralelo *avant-la-lettre* para com a terminologia futuramente descrita por Edward Said (2007)⁵. Buscava-se encontrar origens pretensamente nobres nos povos originários das Américas, intensamente marginalizados pela colonização ibérica. Parte desse processo envolveu diretamente os estudos de D. Pedro II, pois ele foi autor de uma teoria que enxergava linhas de similaridades entre rituais do povo beduíno e práticas de índios aimorés, jocosamente chamados de “botocudos”.

5. O intelectual palestino Edward Said conceitua Orientalismo como uma estrutura de pensamento que se baseia na alteridade entre o Oriente e o Ocidente. De acordo com o pensador, existe uma visão idealizada da cultura oriental a partir de uma perspectiva ocidental de análise, deturpando conceitos e distanciando estereótipos da realidade.

As relações Brasil-Oriente Médio passam por um longo período de morosidade após o fim do Império, havendo apenas manutenção espontânea do fluxo migratório que leva milhares de árabes a se estabelecerem em solo brasileiro. A imigração era, como é até hoje, baseada em redes de acolhimento, onde os primeiros começavam como vendedores ambulantes e buscavam prosperar o suficiente para fornecer condições mínimas aos recém-chegados. Entre 1920 e 1940 chegam os primeiros muçulmanos ao Brasil, se concentrando particularmente em São Paulo e Foz do Iguaçu. Devido ao não envolvimento direto do Oriente Médio nos conflitos da Segunda Guerra Mundial, o desgaste que acometeu outros grupos de imigrantes, como japoneses e alemães, acabou não atingindo em cheio os árabes, que já contavam com 150 jornais em língua árabe circulando pelo Brasil em 1949.

No campo da diplomacia, foram estabelecidas relações oficiais com o Egito em 1924, ainda que o mesmo não fosse independente ainda à época. Em 1946, foi a vez do Líbano, que já era o principal alvo das exportações brasileiras e a principal origem do fluxo migratório, que se intensificava com as crises econômicas regionais. Acompanhando o processo de modernização do Estado brasileiro como um todo, o Itamaraty começa a representar uma real força no cenário diplomático nacional a partir de 1945, amadurecendo reformas administrativas que já tomavam forma desde a década de 10. Classificado por Cheibub (1987) como Período Burocrático-Racional, esse momento histórico pode ser dividido em dois períodos interligados: até 1945 foram estabelecidas as bases do Itamaraty e pós-1945 a instituição se fortalece e ganha crescente autonomia⁶.

Na onda destes avanços institucionais, já na década de 60, Jânio Quadros seria o responsável por encabeçar o embrião da Política Externa Independente (PEI), na qual o interesse nacional passava a ser o balizador das relações do Brasil no exterior. Com base nessa postura, Jânio se aproximou a países africanos e promoveu uma onda de construções de novas embaixadas. Apesar da

6. Convém frisar que esta autonomia continuará durante o regime militar, apesar de novos atores surgirem como preponderantes para a formação da Política Externa. Para Cheibub (1987, p. 129), este processo se deve à visão, por parte dos militares, de que o retorno de civis em posições relevantes do governo dependeria da “credibilidade que este grupo teria de estabelecer, perante os militares, de que adquiriu competência”. A proximidade de formação e trajetória para a formação de diplomatas e formação militar ajudaria a garantir esta credibilidade.

prospecção com novos atores até então negligenciados, a ambiguidade no comportamento presidencial foi um dos fatores que gerou instabilidade ao governo recém-empossado. Atos aparentemente descompromissados em agradar algum dos lados que se opunham na Guerra Fria foram frequentemente seguidos por afagos a figuras e/ou entidades controversas. Todos estes fatores se conversam para o encurtamento de seu mandato.

É durante o governo João Goulart que a PEI adquire a grandeza com a qual é lembrada até hoje, sendo o chanceler San Tiago Dantas seu grande ideólogo. Apesar do aprofundamento da mesma política adotada por seu antecessor, com o interesse nacional como suporte básico, um ponto crucial distancia as práticas de Jânio e Jango: enquanto o primeiro adotava a barganha como ferramenta de política externa, o segundo preferiu dar prioridade ao desenvolvimento econômico e, sendo assim, teve maior cautela em suas decisões e pronunciamentos públicos. Jânio Quadros havia chegado a verbalizar que caberia ao capitalismo se provar superior ao comunismo e vice-versa, gerando grande repercussão negativa internamente a um Estado que já sofria aspirações golpistas.

João Goulart estabelecerá embaixadas em Marrocos, Tunísia e Argélia, sendo alvo frequente de críticas que questionavam a utilidade de tais representações diplomáticas. É interessante notar, no entanto, que as críticas ao governo Jango foram anormalmente elevadas pelos mais diversos motivos, inclusive os conspiratórios, e especialmente a Argélia não chegava a ser um parceiro historicamente tão improvável assim, já que o Brasil possuía comércio ativo com o país recém independente.

O golpe militar de 1964 encerraria os eixos centrais de política externa do governo de João Goulart. A chegada de Castelo Branco ao poder estabelecerá um novo padrão de relações externas, sem, porém, conseguir vencer todas as barreiras impostas pela realidade internacional e a força das instituições. Do americanismo ideológico de seu governo ao globalismo hobbesiano de Geisel e Figueiredo, a prática diplomática brasileira teria de se reinventar para adaptar-se ao cambiante panorama internacional, ao mesmo tempo que era cerceada pelo próprio *esprit de corps* das instituições que a realizavam. Durante os 20 anos de período militar, entre visíveis rupturas e continuidades, o Oriente Médio passaria a se tornar progressivamente uma região importantíssima para os anseios desenvolvimentistas do país.

O americanismo ideológico de Castelo Branco

“No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.” (CASTELO BRANCO, 1964 apud GONÇALVES et al, 1993)

A tomada do poder pelos militares levaria a uma forte “correção de rumos” da Política Externa Brasileira (CERVO E BUENO, 2016). Com a reconfiguração de forças políticas e das estruturas decisórias, as ações governamentais no âmbito internacional passariam a ser regidas sob as bases da Escola Superior de Guerra, onde Golbery do Couto e Silva⁷ destacava-se como o principal articulador teórico. De acordo com Gonçalves et al. (1993), as linhas centrais do pensamento da instituição militar giravam em torno de alguns eixos principais, entre estes: i) no plano teórico, denunciava a geopolítica de matriz germânica e se aproximava de uma nova configuração de forças no cenário internacional centrada nos Estados Unidos; ii) uma mentalidade atravessada pelas disputas ideológicas da Guerra Fria, com forte tendência anticomunista; e iii) a projeção do Brasil no cenário mundial e não mais apenas no continente, sem deixar de lado, porém, a necessidade do exercício de supremacia na América do Sul.

Ao lado da Escola Superior de Guerra, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda também teriam papel importantíssimo na reformulação de nosso posicionamento geopolítico. As mudanças na Política Externa Brasileira eram necessárias para abrir caminhos aos objetivos de estabilidade da inflação e desenvolvimento do país preconizados pelo Programa de Ação Econômica do Governo, liderado pelos ministros Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. De acordo com Mantega (1997), inaugura-se no período a primeira fase do modelo econômico que perpassou toda a Ditadura Militar: o desenvolvimento universalista e autoritário.

Importante frisar, porém, que durante o governo Castelo Branco ainda não havia as bases necessárias para desenvolver-se uma política verdadeiramente universalista. No seio do Ministério do Planejamento,

7. Apelidado de “O Feiticeiro” pelo jornalista e historiador Elio Gaspari, Golbery do Couto e Silva foi o principal articulador teórico dos governos militares no país. Fundou a Doutrina da Segurança Nacional, que objetivava transformar o Brasil em grande potência mundial a partir de sua inserção em um projeto geopolítico de defesa do Ocidente e de desenvolvimento associado aos Estados Unidos.

os excessivos aumentos salariais do governo João Goulart, o déficit do setor público e a inflação impediam uma política ativa comercial para outras regiões mais distantes (SANTOS, 2000). Nas palavras de Mantega (1997), mesmo mantendo as características de primazia do Estado na industrialização nacional, uma forte diferença deste em relação ao modelo econômico de desenvolvimento do governo anterior era a exclusão da participação popular, preocupando-se mais fortemente com o aumento da eficiência da acumulação industrial e financeira do país do que a distribuição de renda ou ampliação do consumo de massas. O processo de desenvolvimento nacional ocorreria a partir do aumento da poupança nacional, à medida que este era necessário para o aumento de investimentos. Nesse sentido, a parceria seletiva com os Estados Unidos, a abertura do país para o capital estrangeiro e o reconhecimento da liderança estadunidense no Ocidente eram as ideias centrais para a formação desta poupança interna que visava uma futura industrialização.

Por ser construída a partir do “privilegiamento de fatores de ordem-normativo filosófica e de uma suposta convergência ideológica entre brasileiros e norte-americanos que justificavam a aliança com os Estados Unidos”, o paradigma de política externa do governo Castelo Branco foi apelidado de americanismo ideológico (PINHEIRO, 2000). Assim, as relações com o Oriente Médio não eram prioritárias nem para a Escola de Guerra Naval nem para o Ministério da Economia. No artigo “Ideias e Política Externa: as relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco” (2014), os pesquisadores Suhayla Khalil e Vagner Camilo Alves construíram um quadro comparativo dos atos internacionais assinados com o Terceiro Mundo que explicitam bem a pouca prioridade dada ao Oriente Médio na época:

Quadro Comparativo de Atos Internacionais Assinados com Países do Terceiro Mundo, por Região, por Governo (1951-1967)

Governos	América Latina	África	Ásia	Oriente Médio	Oceania	Total
Getúlio Vargas e Café Filho (1951-1955)	9	–	–	2	–	11
Juscelino Kubitschek (1956-1961)	38	–	–	3	–	41
Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)	13	–	–	–	1	14
Castelo Branco (1964 a 1967)	21	3	–	–	–	24

Fonte: (KHALIL E ALVES, 2014, p. 697).

Apesar de manter-se como ator importante na formação da política externa brasileira, o Ministério das Relações Exteriores também passaria por algumas mudanças após a chegada dos militares. A posse do chanceler Vasco Leitão da Cunha e a defesa da chamada Teoria dos Círculos Concêntricos (que priorizava fortemente as relações com o Ocidente), além da passagem de atribuição legal exclusiva das tarefas de promoção comercial para o MRE marcariam alguns dos pontos de divergência do Itamaraty em comparação ao período anterior. Como evidencia a teoria institucionalista histórica, porém, “as políticas adotadas no passado condicionam as políticas posteriores” (HALL E TAYLOR, 2003), de modo que diversas continuidades à Política Externa Independente também podem ser observadas nas políticas externas desenvolvidas pelo Itamaraty.

De fato, como apontado por Khalil e Alves (2014), em muitas situações a “postura hesitante da diplomacia brasileira em seguir as novas diretrizes de política externa propugnadas pelo novo governo era percebida e criticada pela imprensa conservadora”. A resistência de setores do Itamaraty ao rompimento com Cuba (KHALIL E ALVES, 2014), a exposição **mínima em questões mais controversas na África Austral** e no Oriente Médio (SIMÕES, 2010) e o lançamento das bases para uma “efetiva política africana” (CERVO E BUENO, 2016) são alguns dos exemplos de situações que pareciam estar fora da cadência da política ocidentalista de Castelo Branco. Especialmente após 1966, a partir da nomeação do chanceler Juracy Magalhães, evidencia-se um processo que será denominado como “universalismo inevitável” (CERVO E BUENO, 2016), abrindo portas para novas possibilidades de negociação com o Oriente.

A nova correção de rumos: o americanismo pragmático de Costa e Silva e Médici

O cenário nacional e internacional encontrado por Artur Costa e Silva ao assumir o poder em 1967 era bastante diferente do que enfrentou Castelo Branco. Com a inflação controlada e período de *détente* entre as duas superpotências na Guerra Fria, o projeto desenvolvimentista autoritário do regime militar entrava em sua segunda fase. Apesar da manutenção de um posicionamento que ainda defendia a priorização da aliança com os Estados Unidos, as transformações da capacidade de investimento do Estado e na arena de interesses a nível internacional seriam fundamentais para a transformação da Política Externa Brasileira entre 1967 e 1974, último ano do governo Médici.

Diferentemente de seu antecessor, Costa e Silva não concluiu parte de seus estudos na Escola Superior de Guerra⁸. Na historiografia brasileira, o governo do ex-ministro da Guerra geralmente é associado ao início dos anos de chumbo da Ditadura Militar, tendo sido neste período criado o Ato Institucional nº 5 e expandida a perseguição aos dissidentes do regime. Não é à toa que a chamada linha-dura do regime militar estava associada aos serviços de Inteligência Nacional⁹ e, como apresentado por Guerra (2019), alguns dos indivíduos que foram caracterizados como pertencentes a essa vertente terem sido chefes dos Inquéritos Policiais Militares¹⁰. Há, porém, dificuldade de se associar a formação intelectual e de visão de mundo dos “linha-dura” a alguma instituição específica.¹¹

Apesar da diminuição da influência da Escola de Guerra Naval, algumas instituições continuaram a ter evidente importância para a construção das políticas nacionais e internacionais. Evidentemente, o Ministério da Fazenda configura um destes casos. Já sob a liderança de Antonio Delfim Netto, o Ministério substituiria a austeridade de Campos e Bulhões por um forte programa de investimentos (Planejamento Estratégico de Desenvolvimento) para acelerar o desenvolvimento do país. De forma geral, fortalecido sob a renovação das alianças entre as elites burguesas do país e os militares, o novo programa econômico preconizaria o aumento de investimentos em áreas consideradas estratégicas (como o setor energético), maior intervenção do Estado no setor privado e menor abertura aos investimentos es-

8. Nos seios militares durante os anos de Ditadura, duas correntes distintas disputavam o poder. De um lado, os castelistas se utilizavam das prescrições formuladas na Escola Superior de Guerra (também chamada de Sorbonne brasileira) para defender a abertura lenta e gradual do regime e consequente devolução do poder para os civis. Do outro lado da arena política, os “linha-dura” defendiam a necessidade de uma “revolução permanente” dos militares para desenvolver o país e aumento da repressão contra os movimentos comunistas para garantir segurança interna do Brasil, considerando o governo de Castello Branco como leniente com os esquerdistas.

9. Terceiro presidente do regime militar e tido por muitos autores como continuação do governo linha-dura de Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici foi inclusive Chefe do Serviço Nacional de Informações durante o governo de seu antecessor. Entre 1969-1974, apesar da economia brasileira ter passado por seu período de maior expansão, a repressão e as censuras civis também atingiram seu auge.

10. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram os principais instrumentos de investigação e perseguição utilizados pelas Forças Armadas brasileiras. Foram iniciadas após o golpe militar de 1964.

11. Como também apontado por Guerra (2019), existem estudos que relacionam a formação intelectual dos linha-dura à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), mas pela falta de um conjunto de produções consistentes entre os principais indivíduos pertencentes ao grupo, diversas dúvidas podem ser levantadas sobre esta perspectiva.

trangeiros em prol do objetivo nacional de Desenvolvimento. Como consequência deste projeto, o Brasil passaria pelo período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro entre os anos de 1969 e 1974.

Considerando também a nova realidade apresentada no cenário internacional, o Ministério das Relações Exteriores aprofundaria o processo iniciado já no fim do governo Castelo Branco. Como afirmou Cheibub (1985), após o período de retração durante os primeiros anos do governo militar, o “Itamaraty pode exercer um papel cada vez mais decisivo no cenário nacional”. A matriz mais ideológica do governo anterior era eliminada por maior pragmatismo na política exterior brasileira, sob muitos aspectos próxima à Política Externa Independente: i) apesar de ainda enxergar a necessidade de aliança com os Estados Unidos, rompe nos órgãos internacionais a visão de divisão do mundo entre Leste e Oeste, optando por dar ênfase na desigualdade de relações entre o Norte e o Sul; ii) aproximação aos países do Terceiro Mundo, visando a abertura de novos mercados e de melhoria nas condições de negociação de certos produtos que o Brasil necessitava; iii) interesse nacional calcado no desenvolvimento nacional; iv) uma visão realista do cenário internacional.

Este novo paradigma de Política Externa Brasileira foi denominado de “americanismo pragmático” (RICUPERO, 1995 apud PINHEIRO, 2000). O Itamaraty voltaria a atuar de forma coerente com a tradição diplomática pragmática do país, privilegiando especialmente os aspectos materiais de seus relacionamentos interestatais e nos órgãos internacionais. A recusa a aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e a aproximação do Grupo dos 77 são dois exemplos fundamentais para compreender o afastamento às posições norte-americanas no cenário internacional. Outro traço fundamental das políticas lideradas pelo chanceler José de Magalhães Pinto foi a busca por mercados em regiões ainda pouco exploradas para exportação dos produtos brasileiros.

Neste sentido, eram abertos caminhos para o aprofundamento das relações do Brasil com o Oriente Médio. Durante o governo Costa e Silva, seria criada a LOARABE (Grupo de Coordenação do Comércio com Países Árabes) e definida uma política de moderação frente ao conflito árabe-israelense. Mesmo com a eclosão da Guerra dos Seis Dias logo nos primeiros meses do regime linha-dura brasileiro, o posicionamento brasileiro de garantia de um território para Israel e retirada dos israelenses das áreas conquistadas dos palestinos permitiria que o relacionamento com os países árabes e Israel não sofresse grandes transformações na época.

De acordo com Traumann (2013), o governo Médici buscava manter este padrão de relacionamento em relação ao conflito Israel-Palestina. Para o autor, a diplomacia brasileira “passa então a se orientar por uma noção de eficiência e profissionalismo, sabendo conquistar solidariedade, inclusive dos árabes, sem chegar a um ponto que comprometesse excessivamente o país em relação a Israel e EUA” (TRAUMANN, 2013, p. 121). Mantendo os eixos de solução pacífica de conflitos, não-intervenção em assuntos internos e o papel do Estado no desenvolvimento nacional que tomaram forma no curto período Costa e Silva (1967-1969), os formuladores de política externa do governo Médici¹² teriam grandes desafios pela frente a partir das mudanças no cenário internacional.

Para Hall e Taylor (2003, p. 201), a maioria dos autores das teorias institucionalistas históricas tendem a “distinguir no fluxo dos eventos históricos períodos de continuidade e situações críticas”, criando desse modo “(...) bifurcações que conduzem o desenvolvimento por um novo trajeto”. No caso da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante o regime militar, é evidente que a Guerra do Yom Kippur e a consequente Primeira Crise do Petróleo delimitam esse momento de forte renovação do relacionamento com a região.

À época da Primeira Crise do Petróleo, o Brasil era o maior importador de óleo do mundo entre os países em desenvolvimento. Deste modo, a quadruplicação do preço do barril de petróleo após a Guerra do Yom Kippur fez com que o Brasil tivesse de reestruturar suas políticas voltadas para o Oriente Médio visando garantir a manutenção de suas importações e equilibrar sua balança de pagamentos. Por certo, como aponta Santana (2006), o Brasil passaria a assumir uma posição decididamente pró-árabe nos foros multilaterais¹³. Do mesmo modo, uma das primeiras ações brasilei-

12. No período, o Itamaraty desenvolveu um modelo de política externa que ficou conhecido como Diplomacia do Interesse Nacional. Sob a liderança do chanceler Mário Gibson Barboza, o país romperia com às reivindicações terceiro-mundistas do governo Costa e Silva e priorizaria as relações bilaterais em contrapartida às relações multilaterais. Por outro lado, continuou a expandir o mercado brasileiro para regiões mais distantes e, a partir da crise do Petróleo, teve de buscar soluções inovadoras para manter o fornecimento do combustível necessário ao desenvolvimento industrial do país.

13. Como apontou Traumann (2007), o chanceler Gibson Barboza teria inclusive defendido a transformação do posicionamento “neutro” do governo Médici em relação ao conflito de Yom Kippur para uma posição “equidistante”. Para o diplomata, este último termo negava uma suposta passividade do Brasil com a guerra árabe-israelense e indicava que a qualquer momento a posição brasileira poderia mudar caso fosse vantajoso aos interesses do país na região.

ras pós-crise seria o “estabelecimento de missões diplomáticas e a troca de embaixadores plenipotenciários entre Brasil e Arábia Saudita” (SANTANA, 2006, p. 161), além de outros diversos acordos comerciais e declarações conjuntas de aproximação entre os povos e parcerias técnicas com o país árabe.

Para sanar os problemas relativos à balança de pagamentos, foi necessário também ao Brasil ensejar a uma nova política de exportação de produtos semimanufaturados e manufaturados à região. Aproveitando-se de uma posição privilegiada com o Iraque após se tornar o primeiro país a furar o bloqueio internacional ao país em 1972, a região se tornaria o “maior mercado no exterior para serviços, automóveis, carne, frango e armamentos brasileiros” (SANTANA, 2006, p. 6). O relacionamento com o Iraque e o rompimento com o paradigma de política externa americanismo pragmático atingiram seu auge no governo Geisel e Figueiredo: começaria a era de ouro das relações diplomáticas e comerciais com o Oriente Médio.

O globalismo hobbesiano de Geisel e Figueiredo: a era de ouro das relações com o Oriente Médio

Nas palavras de Pinheiro (2000), nos governos Geisel e Figueiredo (este que foi elevado ao poder em 1979) a Política Externa Brasileira será definida pelo paradigma de globalismo hobbesiano. Seria adotada no período uma “distância qualificada no debate e na negociação dos principais temas do período da Guerra Fria (...), mantinha-se o país aliado ao Ocidente, mas evitava-se um engajamento automático” (PINHEIRO, 2000, p. 313). Assim, visando aprofundar o projeto de desenvolvimento nacional, a Presidência da República conferiu grande autonomia ao Itamaraty para buscar novos mercados, expandir a cooperação com os países do Terceiro Mundo e sua atuação do Brasil nos fóruns multilaterais. Em seu texto “Eixos Analíticos e Conflito de Paradigma na Política Exterior Brasileira”, a professora Maria Regina Soares de Lima discorreu sobre a relação entre o grau de liberdade do Ministério das Relações Exteriores e as restrições operadas pelo chefe de Estado:

A conclusão é cristalina: no presidencialismo brasileiro o parâmetro que regula os graus de liberdade ou a autonomia relativa detida pela diplomacia é a autorização presidencial, seja por omissão ou delegação de poder - como nos governos Médici (em algumas áreas de política externa) e Figueiredo -, seja por afinidade de pontos de vista, como nos casos do governo Geisel e Sarney. (LIMA, 1994, p. 71).

Ao chegar ao poder, Ernesto Geisel enfrenta desde início dura resistência ao seu projeto de reabertura, sendo assim, opta por se blindar espalhando aliados por todos os setores do governo e centralizando as lideranças da República e das Forças Armadas. Segundo Nilson Borges Filho, a escolha de Geisel para ser o quarto presidente militar foi uma vitória dos “castelistas”, dando o sentido de retorno da ala intelectualizada ao poder dentro do regime. O dever do novo presidente era a execução sumária do binômio “desenvolvimento e segurança”, elaborado pela ESG e introduzido na Doutrina de Segurança Nacional (Traumman, 2007). Em outras palavras, no plano interno, haveria a manutenção das políticas responsáveis pelo “milagre econômico” e implementação da controversa abertura “lenta, gradual e segura”, conforme pregado por seu ministro Golbery do Couto e Silva.

Entretanto, no plano externo, a ideia era a construção de um Brasil potência através de uma política independente e acompanhada de grandes obras ao redor do mundo. É nesse período que o Brasil reconhece oficialmente a China continental e passa a fazer negócios com a segunda maior potência socialista do mundo à época. Aproximações do tipo estiveram longe de ser unanimidade e serviram como testes valiosos para a blindagem forjada por Geisel logo em sua posse. A Crise do Petróleo de 1973 já havia colocado o mundo em alerta quanto à necessidade de repensar o setor e a dependência brasileira do modal rodoviário levou o governo militar a traçar planos de (re)aproximação para com os países árabes. O Pragmatismo Responsável é então formalizado como política de governo pelo chanceler Antônio Azeredo da Silveira, que o define como repudiando discussões semânticas e afastando os extremos (VIZENTINI, 2002). Geisel futuramente ainda definiria como:

O pragmatismo responsável resultou de conversas com o Ministro Silveira. [...] Eu achava que a nossa política externa tinha que ser realista, e tanto quanto possível, independente. [...] Um problema de política exterior que eu considerava de grande interesse para o Brasil [...] no sentido econômico era o relacionamento com os países do Hemisfério Norte [...] o problema do nosso desenvolvimento passa pelo Hemisfério Norte. Procurei intensificar esse relacionamento principalmente com a Inglaterra, a Alemanha, a França e o Japão. [...] Com os árabes, desde que presidi a Petrobrás, procurei maior aproximação e passamos a ter relações amistosas. [...], por causa do suprimento de petróleo e do mercado para os nossos produtos, principalmente alimentos. (D'ARAÚJO e CASTRO, 1997, p. 335-338)

É importante pontuar que o cargo imediatamente anterior à presidência da República ocupado por Geisel foi o de presidente da Petrobras, cuja relevância não poderia ser maior no âmbito das relações com o Oriente Médio. No entanto, como aquela região assumiria um protagonismo sem precedentes na economia mundial do período, devido à regulação do preço do petróleo e seus derivados, pode-se inferir que boa parte da política externa pautada pelo governo do general dialoga com essa necessidade de pragmatismo frente a interdependência global.

Dentro do escopo do Pragmatismo Responsável, o Brasil então se aproxima dos países árabes, a fim de neutralizar suas potenciais perdas comerciais com as crises do petróleo, e conseqüentemente se afasta de Israel, o principal aliado norte-americano no Oriente Médio. Essa reconfiguração evidenciou o mercado de material bélico latente na região, sendo assim o Brasil passou a vender e trocar equipamento militar por petróleo ou petrodólares.

Em muitos sentidos o Pragmatismo Responsável significou uma retomada da política externa que já se mostrava uma tendência desde o governo de Jânio Quadros, através da Política Externa Independente (PEI). Intrinsecamente conectada ao realismo político, a postura tem nos interesses nacionais imediatos o principal norte, especialmente em temas que tangem a área econômica. A diversificação de parcerias, conforme descrito por Matias Spektor (2004), seria uma maneira eficaz de descrever que o alinhamento ideológico irrestrito passa a ser sobrepujado por uma análise criteriosa de conjuntura que é potencialmente diferente a cada caso, em termos ideológicos.

No que tange as relações Brasil-Oriente Médio, o período representou uma aproximação que extrapolou a conveniência da compra ou venda de petróleo, pois essa primeira abertura acabou atraindo a simpatia árabe pela política brasileira de não-interferência. As constantes violações aos Direitos Humanos praticadas no Brasil também não chegavam a ser uma novidade em boa parte dos países no Oriente Médio com governos igualmente autoritários. Esse complexo cálculo diplomático ainda demoraria a ter reflexo econômico, uma vez que a balança comercial era amplamente desfavorável para o Brasil, importador de petróleo em grandes quantidades. A situação começa a se tornar mais equilibrada com o aumento expressivo na exportação brasileira de grãos e carne de aves para países árabes.

Um exemplo bastante vívido dessa construção de novas relações foi a aproximação entre Geisel e Saddam Hussein, que chegaram a trocar elogios pessoais e governavam países com muitas similaridades entre si. Tanto Brasil quanto Iraque representavam potências regionais no período, não tinham um ambiente interno dos mais calmos e ambos buscavam diminuir a dependência de fontes externas de energia, algo que levou a uma inusitada cooperação em prol da energia nuclear. Não foi dessa vez que a cooperação com uma figura tida como exótica pelo Ocidente passou despercebida pelos detratores de Geisel. A verdade é que os defensores do alinhamento ideológico irrestrito à luta anticomunista norte-americana nunca se ausentaram do protagonismo, ainda que não detivessem mais o poder de fato.

Se por um lado as restrições ao projeto desenvolvimentista e globalista brasileiro não vinham da Presidência da República, por outro as profundas transformações no cenário internacional e consequentes impactos sobre a economia nacional se tornariam fortes empecilhos para a Política Externa Brasileira. Entre eles, podemos destacar a decisão da área econômica de conduzir as negociações da dívida externa sem apoio do Congresso ou do Itamaraty, a restrição do crédito nos mercados internacionais e a subida de juros por parte dos Estados Unidos em 1979, que levou grande parte dos países da América Latina à crise.

O Itamaraty desenvolveria a denominada Diplomacia do Universalismo para tentar atuar no cenário internacional de modo a aliviar os prejuízos da grande crise que se instalava. À época, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro pregava uma dupla inserção: o Brasil passaria a se caracterizar como uma potência intermediária semi-industrial, com características que o aproximava do Ocidente e, ao mesmo tempo, ratificar seus problemas estruturais e passado, permitindo ser colocado no rol de países de Terceiro Mundo. Do mesmo modo, estruturava-se uma forte retórica terceiro-mundista, defendendo a reformulação dos principais órgãos internacionais a partir da busca de maior igualdade entre os Estados nos processos decisórios das instituições financeiras e de cooperação globais.

Tomando em conta esta forte aproximação do Brasil com o Terceiro Mundo, há autores que apontam que nos primeiros anos do Governo Figueiredo o “apogeu das relações extra-hemisféricas do Brasil” (VIZENTINI, 1998 apud URT, 2009, p. 81). Para o Oriente Médio, porém, a Revolução Iraniana (1979) e a consequente Segun-

da Crise do Petróleo exigiriam por parte do Itamaraty “um desempenho criativo para descobrir novas modalidades de aproximação” (CERVO E BUENO, 2016, p. 479) em frente ao aumento da insegurança internacional sobre a importação de óleo e à instabilidade política na região. No dinamismo comercial brasileiro para o mundo árabe, destacariam-se o relacionamento comercial com Iraque, Irã e Arábia Saudita no setor bélico e de serviços de engenharia.

Desde o governo Geisel, o Iraque já vinha tendo um importante papel como fonte de importação de petróleo e exportação para os produtos brasileiros. Com o governo Figueiredo, o Brasil decididamente se tornaria um dos mais importantes parceiros comerciais do país. Para exemplificar essa relação de preferência, Traumann (2007) aponta que em 1980 o Iraque já era o maior fornecedor das compras brasileiras no exterior, respondendo por mais de 20% do nosso total de importados e deslocando os Estados Unidos para a segunda posição. Havia, de fato, uma certa complementariedade entre as capacidades de Estado, projetos desenvolvimentistas e indústrias do Brasil de Figueiredo e do Iraque de Saddam Hussein.

A relação entre os dois países se tornou tão importante que se decidiu em 1982 pela criação de um banco financiado por ambos os governos: o Banco Iraquiano-Brasileiro. Paralelamente a este processo, diversas empresas brasileiras como a Sadia e a Volkswagen do Brasil entravam no mercado iraquiano e fechavam negócios impressionantes para a época (TRAUMANN, 2007). Entre os mais suntuosos, destaca-se o início das obras da ferrovia Bagdá-Akashat-Alqaim pela Mendes Júnior, empresa do ramo de construção civil. Alguns relatos¹⁴ apontam que mais de 300.000 trabalhadores brasileiros foram deslocados para o Iraque neste período para a prestação de serviços para as empresas nacionais.

No início do governo Figueiredo, os diplomatas do Itamaraty também acreditavam que o relacionamento com o Irã teria o potencial de se tornar tão proveitoso quanto era com o Iraque. A Revolução Iraniana, porém, causaria diversas problemáticas para a concretização destas expectativas. Sob o novo regime do Aiatolá Khomeini, apesar de algumas negociações bem-sucedidas para a compra de petróleo e venda de produtos industriais brasileiros, a mudança de liderança na National Iranian Oil Company fará com que o Irã adote uma postura

14. Retirado de <http://www.brasiliraq.com.br/comercio-bilateral-historico/>. Acessado em 28 de dezembro de 2020.

mais dura frente ao antigo regime, renegociando antigos contratos que acabaram por ser prejudiciais ao Brasil. Como aponta Traumann (2013), uma das poucas vitórias do período foi a criação da Comissão Brasil-Irã, que envolveu negócios na casa dos R\$ 1.5 bi na venda de aviões agrícolas, peças automotivas e produtos agrícolas.

Outra questão que dificultou o relacionamento com o Irã foi o fornecimento de armamentos para o Iraque durante a Guerra Irã-Iraque. Com o fortalecimento da ENGESA, empresa nacional privada voltada para o setor bélico, o Brasil era durante a década de 80 um dos principais exportadores de material bélico no mundo. Os tanques EE-9 Cascavel e o E-11 Urutu, entre muitos outros armamentos e veículos de combate nacionais, estariam presentes na maioria das guerras do Oriente Médio na época, na constatação de uma política de realismo diplomático no comércio internacional. Com a intensificação do conflito, porém, Saddam Hussein ficaria impossibilitado de cumprir os contratos realizados com o governo brasileiro e renegociaria a grande maioria dos acordos. Dessa forma, muitas das empresas brasileiras que atuavam no Oriente Médio acabaram passando por profundas dificuldades ou entraram em processo de falência.

A manutenção da posição brasileira pró-Palestina e do reconhecimento legítimo da OLP como representante do povo palestino foram outros aspectos importantes da política externa do Governo Figueiredo para o Oriente Médio. Além disso, como mostra Cervo e Bueno (2016), um episódio que chamou bastante atenção na época foi a retenção de aviões líbios que portavam um carregamento clandestino de armas com destino à Nicarágua, mas pela boa atuação dos diplomatas do Itamaraty, o evento não chegou a perturbar o relacionamento com o mundo árabe. A atração de capital estrangeiro oriundo da Arábia Saudita para a construção do projeto hidrelétrico do Vale do São Francisco também foi outro êxito da política diplomática árabe-brasileira (SANTANA, 2006).

A instabilidade regional no Oriente Médio e os graves problemas de dívida externa que se expandiriam ao decorrer dos anos 80 ceifariam o projeto desenvolvimentista do período militar. Em 1985, já com a economia brasileira esfacelada e a expansão dos movimentos civis de reivindicação por eleições presidenciais chegaria ao fim o regime militar que assolou o país por mais de 20 anos. As relações com o Oriente Médio não atingiriam todas as expectativas imaginadas pelo Governo Figueiredo, mas, como demonstrado, certamente lograram diversos êxitos para a atuação internacional e desenvolvimento do Brasil.

Considerações finais

Em suma, pode-se concluir que, apesar de constante nas controvérsias internas, o regime militar representou um período bastante plural em termos de política externa, contendo até mesmo divergências entre suas lideranças quanto a quais fatores adotar como balizadores. Com antecedentes históricos que remontam a uma caracterização do atual Oriente Médio sob uma narrativa de exotismo e fascínio, o Brasil encontrou caminho aberto para construir suas relações com a região sem grandes vícios de origem. Com isso, as relações com o Oriente Médio se moldaram para responder às necessidades do projeto de desenvolvimento militar, traçando um caminho bastante tortuoso, porém que gerou resultados efetivos.

A construção da PEI, a partir do governo Jânio Quadros, representou um passo ainda mais significativo rumo a uma dinamização das relações exteriores do Brasil, através da diversificação dos interlocutores e busca por maior protagonismo no cenário mundial. Tão relevante quanto sua fundação foi seu aprofundamento, através da figura do chanceler San Tiago Dantas e do presidente João Goulart, tornando a postura imponente a ponto de ser resgatada em mais de uma oportunidade por governos futuros, ainda que recharacterizada.

Quanto às multiplicidades do regime militar em si, a ordem cronológica de presidentes já se encarrega de esclarecer parte do argumento. Iniciando por Castelo Branco e seu americanismo ideológico, o Brasil passou por um período de estrito alinhamento aos anseios norte-americanos, em termos de política externa e posicionamento internacional, a fim de justificar a intervenção militar e alimentar o conflito interno contra o suposto inimigo vermelho.

Com a situação econômica mais próxima do cenário visto como ideal pelos militares, chega a hora da chamada “linha-dura” no poder, bem como sua política externa enquadrada como americanismo pragmático. Salvo pequenas divergências no escopo geral, Costa e Silva e Médici representam, em linhas gerais, o endurecimento da repressão interna e o início tímido de uma revisão quanto à política externa irrestritamente alinhada aos interesses dos EUA.

Flutuando em relevância e intensidade ao longo de todos os governos supracitados, as relações Brasil-Oriente Médio voltam aos holofotes juntamente com o Pragmatismo Responsável de Ernesto Geisel, que em muita medida retoma pontos centrais da PEI. Impulsionado pela Crise do Petróleo de 1973, o olhar brasileiro ao

Oriente Médio dessa vez acompanha uma série de possibilidades comerciais para além do exótico e tangenciando os primórdios do que futuramente seria chamado de cooperação Sul-Sul. A continuidade e o aprofundamento dessas práticas no governo Figueiredo acabam por dar o tom do que viria a se perpetuar como padrão no que se refere às relações do Brasil com a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 5ª edição, 2016.

CHEIBUB, Zairo. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica**. Dados, vol. 28, nº 1, 1985.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (org) **Ernesto Geisel**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. Revista Estudos Históricos, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GUERRA, Tiago. **Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a Linha-dura (1964-9)**, Verinotio – Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 25, n. 2, 2019.

HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova [online]. 2003, n.58, p.193-223.

KAARBO, Juliet; RAY, James. Lee. **Inside States: The Making of Foreign Policy**. In KAARBO, Juliet; RAY, James. Lee. Global Politics. 10th ed. Boston: Wadsworth, 2010, p. 159-198

KHALIL, Suhayla. ALVES, Vágner. **Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 36, no 2, julho/dezembro 2014, p. 683-708.

KHATLAB, Roberto. **As viagens de d. Pedro II: Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876**. São Paulo: Benvirá, 2015.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Eixos Analíticos e Conflito de Paradigmas na Política Exterior Brasileira**. Brasília: Cadernos do IPRI, n. 11, 1994.

MAFRA, Adriano e STALLAERT, Christiane. **Orientalismo Crioulo: Dom Pedro II e o Brasil do Segundo Império**. Iberoamericana, XVI, 63, 2016, p. 149-168.

MANTEGA, Guido. **Teoria da Dependência Revisitada - Um Balanço Crítico**. FGV -EAESP, 1997.

PINHEIRO, Leticia. 2004. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor.

PINHEIRO, Leticia. **Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea**. Contexto Internacional, vol. 22, nº 2, jul-dez 2000, p. 305-335.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, Carlos. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 49 (2), p. 157-177, 2006.

SANTOS, Marcelo. **Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco**. São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo, abr-jun 2000.

SIMÕES, Gustavo. **Turbulência Política Interna e Política Externa durante o Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNB, 2010.

SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 47, p. 191-222, 2004.

TRAUMANN, Andrew. **A Diplomacia dos Petrodólares: relações do Brasil com o mundo árabe (1973 - 1985)**, Dissertação de Mestrado, UNESP, São Paulo, 2007.

TRAUMANN, Andrew. **Os militares e os aiatolás: relações Brasil-Irã (1979-1985)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013

URT, João Nackle. **Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)**, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNB, 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora FRGS, 1998; Coleção Relações Internacionais e Integração, 2.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. 1.ed. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.

Recebido em: 20 de novembro de 2021

Aprovado em: 14 de abril de 2022